

MEMÓRIAS E IDENTIDADES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUSCUZ – MARACÁS/BA

MEMORIES AND IDENTITIES OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF CUSCUZ – MARACÁS/BA

MEMORIAS E IDENTIDADES DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DEL CUSCUZ – MARACÁS/BA

*Silvano da CONCEIÇÃO**
*Fabrício Diego Santos GOMES***

RESUMO: O objetivo deste artigo foi explorar a formação histórica da comunidade conhecida como Rua do Cuscz, situada no município de Maracás/Ba, por meio das memórias ancestrais de seus moradores, com foco na composição étnica do grupo e nas ações coletivas voltadas para a reafirmação identitária por meio das práticas culturais festivas. O método empregado foi o da História Oral e a técnica empregada para a coleta de dados, foi a entrevista semiestruturada com registros audiovisuais. Os resultados indicam que a comunidade do Cuscz preserva sua identidade coletiva e empreende lutas de (re)existência mesmo antes da abolição da escravatura. Dentre as formas de resistência, destaca-se a busca do sustento a partir da produção e venda do cuscz, como também as práticas festivas católicas no pós-abolição; que compreendemos ser um meio de estabelecer um diálogo fronteiriço com a sociedade hegemônica de Maracás. Além de servir como plataforma para reivindicações de direitos constitucionais para o povo quilombola.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Memória. Comunidade Quilombola. Território.

ABSTRACT: *The objective of this article was to explore the historical formation of the community known as Rua do Cuscz in the municipality of Maracás/Ba,*

* Universidade Estadual de Santa Cruz (Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UESC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3577-2268>, e-mail: sconceicao@uesc.br.

** Secretaria Estadual de Educação da Bahia (Colégio Estadual da Tempo Integral de Maracás “Iracy Marlene Da Hora Passos). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8188-8771>, e-mail: fabricioalexandria28@gmail.com

through the ancestral memories of its residents, focusing on the ethnic composition of the group and collective actions aimed at reaffirming the identity through festive cultural practices. The method used was Oral History and the technique used for data collection was the semi-structured interview with audiovisual records. From this study we infer that the Cuscuz community preserves its collective identity and undertakes struggles for (re)existence even before the abolition of slavery. Among the forms of resistance, the search for sustenance through the production and sale of couscous stands out, as well as Catholic festive practices in the post-abolition period; which we understand to be a means of establishing a border dialogue with the hegemonic society of Maracás. In addition to serving as a platform for demands for constitutional rights for the quilombola people.

KEYWORDS: *Identity. Memory. Quilombola Community. Territory.*

RESUMEN: *El objetivo de este artículo fue explorar la formación histórica de la comunidad conocida como Rua do Cuscuz en el municipio de Maracás/Ba, a través de las memorias ancestrales de sus habitantes, centrándose en la composición étnica del grupo y acciones colectivas encaminadas a reafirmando la identidad a través de prácticas culturales festivas. El método utilizado fue la Historia Oral y la técnica utilizada para la recolección de datos fue la entrevista semiestructurada con registros audiovisuales. De este estudio inferimos que la comunidad Cuscuz preserva su identidad colectiva y emprende luchas por (re)existencia incluso antes de la abolición de la esclavitud. Entre las formas de resistencia destaca la búsqueda de sustento a través de la producción y venta de cuscús, así como las prácticas festivas católicas en el periodo post-abolición; lo cual entendemos como un medio para establecer un diálogo fronterizo con la sociedad hegemónica de Maracás. Además de servir como plataforma de demanda de derechos constitucionales para el pueblo quilombola.*

PALABRAS CLAVE: *Identidad. Memoria. Comunidad Quilombola. Territorio.*

Introdução

A comunidade do Cuscuz, situada no município de Maracás, no estado da Bahia, é um espaço conhecido por abrigar uma coletividade negra descendente dos primeiros africanos que habitaram a cidade e está localizada às margens da nascente do Rio Jiquiriçá, onde se consolidou como um território de resistência e identidade para os seus habitantes ao longo dos anos. Os relatos das moradoras Ana

Luísa e Maria Senhora revelam não apenas a importância histórica da comunidade do Cuscuz como um ponto de apoio para os afrodescendentes marginalizados no pós-abolição, como também destacam sua evolução para um centro de preservação cultural e comunitário. Ao longo das décadas, essa comunidade não só resistiu às adversidades socioeconômicas, como também cultivou tradições que afirmam sua identidade quilombola, apesar de ainda não ter sido certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi o de explorar a formação histórica e a identidade étnica da comunidade do Cuscuz, analisando como suas práticas culturais e memórias coletivas perpetuam a herança ancestral de resistência e solidariedade social. Por meio da realização de entrevistas, da observação participante e dos registros históricos, examinamos como a Comunidade do Cuscuz se transformou de um território de resistência negra contra a escravidão num símbolo de orgulho e pertencimento para seus habitantes¹. Além disso, problematizamos os desafios enfrentados pela comunidade, incluindo questões de reconhecimento legal e apoio governamental, uma vez que continuam a luta pela preservação de suas tradições e pelo reconhecimento de seus direitos constitucionais.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa realizamos, primeiramente, uma revisão bibliográfica de obras que tiveram como foco retratar o processo de composição étnica da população de Maracás, bem como as relações de poder existentes entre indígenas, negros e brancos. Tal levantamento permitiu compreender o processo de hibridização cultural que contribuiu para a construção da identidade coletiva da comunidade do Cuscuz por meio das práticas festivas. Posteriormente, seguimos com a observação participante (Ingold, 2015) com o intuito de compreender a forma como os moradores do cuscuz constroem as relações de alteridade em relação sociedade hegemônica de Maracás. E, por fim, para apreender as memórias coletivas dos seus moradores, bem como a construção da identidade que foi forjada ao longo desse processo, foi necessário recorrer ao método da História Oral (Alberti, 2004), por meio da técnica da entrevista semiestruturada, para privilegiar as experiências particulares e coletivas da comunidade.

As entrevistas foram realizadas com quatro colaboradores(as). O primeiro deles é Edi Wilkison dos Santos, de 30 anos, nascido na Rua 13 de maio e atualmente residindo no bairro Pau Ferro em Maracás. Professor de Educação física no ensino fundamental I, leciona numa escola particular do município. É católico e candomblecista, iniciado no terreiro Ilé Alákétù Asé Ode Omí L'ódò em Brumado. A Sr.^a Ana Luísa dos Santos de 51 anos de idade, católica, moradora da Rua 13 de maio, professora na Creche Municipal Maria da Paixão. A Sr.^a Maria Senhora dos

¹ Os moradores da Comunidade do Cuscuz, por meio da Associação Cultural Comunitária do Cuscuz fundada em 2023, encontram-se em processo de formalização do reconhecimento oficial enquanto comunidade remanescente de quilombo.

Santos Nascimento, de 68 anos, ex-moradora da Rua 13 de maio, reside atualmente no bairro centro. Católica, professora aposentada do estado e proprietária do Bar do Cafut, na Rua 13 de maio. Sr.^a Luzia de Jesus de 70 anos, também ex-moradora da Rua 13 de maio, residente do bairro Morumbi, localizado atrás da Comunidade do Cuscuz. Católica e candomblecista, já participou do terreiro de umbanda de “Pai Astério”, onde aprendeu a tocar atabaque – nas festas do Cuscuz tem uma participação efetiva com esse instrumento. Trabalhou por muito tempo em fazendas de café e buscando lenha, encontra-se aposentada.

Antes da realização das entrevistas, foram conduzidas visitas exploratórias e conversas informais nos estabelecimentos comerciais. Tal processo foi de fundamental importância para compreender a dinâmica local e entender o que esses indivíduos, homens e mulheres, almejavam como produto de um trabalho de pesquisa sócio-histórico dentro da comunidade. Além disso, a metodologia escolhida nos possibilitou apreender mais informações sobre a composição étnica da comunidade e sobre as práticas culturais desenvolvidas, que atuam como símbolo de orgulho identitário e cultural por realçarem as fronteiras existentes de forma intangível entre a comunidade e a sociedade hegemônica de Maracás. Este estudo, ao registrar as experiências singulares dos moradores do Cuscuz, contribui, ainda, para a compreensão de como tais narrativas individuais se entrelaçam no tecido social coletivo.

Memória de formação da comunidade do cuscuz

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 366).

De acordo com a memória dos moradores do Cuscuz, a comunidade recebeu esse nome pelo fato da atividade da produção artesanal do cuscuz ter sido a atividade predominante entre os moradores da zona periférica de Maracás/BA². A produção artesanal do Cuscuz e sua comercialização surgiram como uma atividade econômica alternativa que somada às outras, poderia dar às famílias da comunidade uma melhor rentabilidade e condições de sobrevivência.

² Essa constituiu uma, entre tantas outras atividades, desenvolvidas pelos negros libertos com a Lei Áurea, que, sem quaisquer ajuda governamental para a garantia do seu sustento, sem disponibilidade de emprego ou propriedades para prática da agricultura, encontraram meios de subsistência nas atividades domésticas nas casas dos moradores do centro da cidade, lavando roupas na fonte da nascente, carregando lenha para abastecer casas e estabelecimentos comerciais ou trabalhando nas fazendas de café, mamona e tomate.

A procura pelo produto tornou-se tão frequente pela sociedade maracaense, inclusive pela elite da cidade que morava na Rua da Praça, que a comunidade acabou ficando conhecida como “Rua do Cuscuz” ou simplesmente o “Cuscuz”. Entre as moradoras que rememoram a história da formação comunitária está a Sr.^a Ana Luísa, professora de 50 anos, residente na Rua 13 de maio, que relata a chegada de sua bisavó como uma das primeiras moradoras a chegar e se estabelecer naquele perímetro territorial de Maracás.

No trecho a seguir, Ana Luísa relata que sua Bisavó foi expulsa da fazenda Laranjeiras com a sua família. O avô da colaboradora foi quem contava essa história, ele faleceu em 1997, com 78 anos de idade. Pelas contas, seu Roque, conhecido como Roque balinha, avô de Ana Luísa por parte de mãe, nasceu na primeira ou segunda década do século XX e sua família foi expulsa da localidade das laranjeiras num período próximo a abolição da escravatura, ocorrida em 1888.

Vovô falava que eles não moravam aqui, eles moravam na fazenda laranjeiras, município de Marcionílio e naquela época como dizia assim, foram expulsos, aí saíram né, tipo nômades né, aí chegaram até por aqui, na época eles moravam aí embaixo, construíram as casas aí embaixo, onde era a nascente aí embaixo, aí depois com o passar do tempo, na época de Dr. Bezerra é que tiraram eles de lá e colocaram aqui em cima, aí eles construíram as casas tudo aqui, mas eles moravam aí embaixo. (Ana Luísa, entrevista cedida em 22/12/2022).

Não é possível afirmar se o avô da interlocutora se recordava do período da expulsão ou se foi relato da sua mãe que ele preservou. Em outro momento da entrevista, a colaboradora destaca que quando seus familiares chegaram nesse território, já existiam casas de pessoas negras construídas próximas a nascente. Esse relato de Ana Luísa nos permite concluir que a comunidade do Cuscuz já estava estabelecida antes mesmo da Abolição da Escravidão e a chegada dessa família a este local e sua integração ao grupo por parte daqueles que lá estavam, revelam fatores comuns, como a condição econômica e a identidade étnico-racial que contribuíram para essa integração.

Segundo Nascimento (1980), essas associações entre pessoas negras em contextos de exclusão econômica representam práticas de Quilombismo. O Acolhimento da família de Ana Luísa por esse grupo reforça a ideia de que o Quilombismo, conforme descrito pelo autor (1980), transcende o conceito histórico de quilombos como espaços apenas de resistência à escravidão. Trata-se, antes, de uma prática que abrange todas as formas associativas que promovem a sobrevivência, a dignidade e o fortalecimento da identidade étnico-racial do povo negro frente às adversidades impostas pelo racismo.

Naquela época, vamos dizer assim, naquele tempo da escravidão né, trabalhava naquelas fazendas, aí depois que teve no caso assim, a alforria né, que praticamente ficavam tudo à mercê se falava que foi uma libertação mas não foi uma libertação, que libertação é assim, se ele retribuísse você de alguma forma, mesmo que trabalhasse na fazenda mas que fosse pelo menos remunerado, mas pra você vê, foram expulsos, aí ficava sem emprego, sem trabalho e saia pelo mundo, aí chegaram aqui e ficaram morando aqui. (Ana Luísa, entrevista cedida em 22/12/2022).

O relato de Ana Luísa evidencia as estratégias e ações adotadas pelos seus antepassados que, diante da libertação sem garantias de meios para a produção e reprodução da sua existência, saíram em busca de outro espaço onde pudessem ter melhores condições e meios de sobrevivência. Ao se estabelecerem nesse novo espaço, a principal atividade econômica desenvolvida por eles foi a produção e comercialização do Cuscuз.

A partir da perspectiva construtivista trazida por Pollak (1989), consideramos que a memória coletiva é o meio de compreender como os fatos sociais se tornam coisas e não os compreender como coisas em si. Ao recuperar e transmitir suas experiências de exclusão e luta por sobrevivência, essa memória reforça a identidade coletiva da comunidade, solidificando sua história e dando-lhe estabilidade frente às adversidades impostas pelo contexto social dominante. Esse processo não apenas preserva a trajetória de resistência dos antepassados, mas também dota a comunidade de um sentido de pertencimento e continuidade. Assim, as memórias subterrâneas³ tornam-se ferramentas de afirmação cultural e política, permitindo que grupos marginalizados, como os antepassados de Ana Luísa, desafiem narrativas hegemônicas e reafirmem suas contribuições históricas e culturais no espaço coletivo. Dessa forma, a memória coletiva não só resiste ao esquecimento, mas também atua como elemento fundamental na construção e manutenção da identidade comunitária e na valorização de sua história.

A colaboradora Ana Luísa informa ainda que sua bisavó foi uma das mulheres que trabalhavam nessa produção para vender na praça. Ela guarda com carinho a foto de Dona Maria Luísa e o cuscuzeiro utilizado na fabricação do Cuscuз.

³ Pollak (1989, p. 03) ressalta a importância de analisar as memórias subterrâneas para privilegiar os fatos históricos contados a partir da perspectiva daqueles que foram marginalizados e oprimidos, representando, portanto, uma oposição à “Memória Oficial” que embora nacional, não representa necessariamente uma oposição entre o estado dominador e sociedade civil, a clivagem existente nessa relação se apresenta com mais frequência entre “grupos minoritários e sociedade englobante”.

Figura 1 – Fotografia de Maria Luísa (uma das primeiras moradoras da Rua do Cuscuz).



Fonte: arquivo de Ana Luísa dos Santos, 22/12/2022.

Figura 2 – Utensílios utilizados na fabricação do Cuscuz.



Fonte: foto do autor. Arquivo de Ana Luísa dos Santos, 22/12/2022.

Figura 3 – Pilão utilizado na fabricação do Cuscuz.



Fonte: Arquivo de Ana Luísa dos Santos, 09/09/2023.

Na figura 2, da direita para a esquerda, estão, respectivamente, a cusczeira, a gamela e o pote; já na Figura 3, encontra-se o pilão, utilizado para moer o milho – matéria prima essencial na produção do cuscuz. A partir das considerações de Ana Luísa podemos inferir que a produção e venda do cuscuz foi uma das primeiras formas econômicas de sobrevivência dos negros do pós-abolição, pois, diante das escassas oportunidades de emprego e por estar localizada no meio urbano da cidade de Maracás, a produção se apresentou como um subterfúgio à exclusão da macro-estrutura política e econômica da época. Maria Senhora – professora aposentada e antiga moradora do Cuscuz – tem a seguinte recordação:

Esse Cuscuz era também tirado do milho, tirava o caroço do milho, colocava – se de milho, era todo um processo, um artesanato, artesanal mesmo esse trabalho aí. Tirava o olho do milho, depois de tirado que ele fofa né, ele solta, depois que esfregava que tirava o olho do milho, tornava a colocar de milho pra no outro dia peneirar, secar, deixar escorrer ele, secar, pra depois ir para o pilão, que naquela época tirava a fubá no pilão, pisava, cessava e deixava lá preparado para o outro dia, então era mais ou menos uns três dias de trabalho, para dar ponto nesse cuscuz. (Maria Senhora, entrevista cedida em 09/05/2022).

Dona Maria Senhora informa que a produção e venda do cuscuz eram realizadas por mão-de-obra feminina. Eram as mulheres que plantavam as roças de milhos, faziam a colheita e pilavam o material para a produção do cuscuz. Ela também relata que a produção e venda do cuscuz como fonte de renda é bem antiga, mas não consegue afirmar se essa atividade econômica é uma recordação da sua infância ou se foi um ensinamento dos mais velhos, uma vez que a mesma não trabalhou nessa produção. Porém, sendo uma recordação ou ensinamento dos mais velhos, fato é que a produção e venda do Cuscuz foi uma atividade econômica intensa na primeira metade do século XX em Maracás.

Em 16 de dezembro de 2020 o Cuscuz foi declarado Patrimônio Imaterial da humanidade, não apenas o alimento em si, mas, também todos os saberes tradicionais que implicam no seu preparo e o seu consumo. A sua origem vem do norte da África de países como Argélia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia e os ingredientes utilizados eram próprios da região, podendo ser preparados com trigo e sêmola. Os países que fizeram parte da comissão para aprovação do Cuscuz enquanto Patrimônio imaterial da humanidade argumentaram, “O cuscuz é muito mais que um prato, é um momento, memórias, tradições, gestos que se transmite de geração em geração⁴”.

⁴ Unesco declara cuscuz Patrimônio Imaterial da Humanidade. CNN Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/estilo/unesco-declara-cuscuz-como-patrimonio-imaterial-da-humanidade/>. Acesso em: 13/01/2023.

Nascimento (2022), ao reconstruir a trajetória de Maria Jacaré – mulher de origem nagô que habitava a localidade antes mesmo de sua nomeação como “Cuscuz” –, afirma que na comunidade do Cuscuz em Maracás este alimento recebeu uma contribuição da cultura indígena a partir do incremento do milho (como matéria prima indispensável na sua fabricação), estabelecendo, assim, um elo entre a cultura africana Yorubá e os indígenas Maraká.

Oliveira (2011) argumenta que a cultura, apesar de funcionar como símbolo identitário, não implica necessariamente em um elo causal direto com a identidade, de forma que as mudanças culturais não impliquem obrigatoriamente na mudança identitária de um grupo. Com base nessa perspectiva, a assimilação de elementos da cultura indígena pela comunidade do Cuscuz não resultou numa ruptura ou descaracterização dos ingredientes de identificação e diferenciação da identidade africana ancestral. Ao contrário, essa integração com os saberes indígenas fortaleceu as fronteiras interétnicas da comunidade, reafirmando sua identidade coletiva. Assim, a interação cultural não é vista como uma diluição identitária, mas como um reforço das especificidades do grupo, que adapta e ressignifica elementos culturais ao longo do tempo sem perder sua base identitária africana.

Ainda sobre as origens da comunidade do Cuscuz, moradores de Maracás explicam que no pós-abolição os recém-libertos, principalmente as mulheres, passaram a sobreviver lavando roupa e abastecendo as propriedades da elite maracaense com as águas da nascente. Sendo assim, esses recursos hídricos se tornaram uma fonte de renda importante, fazendo com que o número de casas fosse crescendo e, temendo a poluição dessas águas, a elite maracaense exigiu que o poder público removesse os moradores que habitavam próximos a nascente para outra localidade e reflorestasse aquele local.

Atendendo aos interesses da elite de Maracás, a prefeitura promoveu a transferência dessa população para uma área próxima, localizada a 300 metros da região florestada da nascente. Nesse território, foi iniciada a formação da Rua André Magalhães, posteriormente conhecida como Rua do Cuscuz. Com o crescimento populacional no local, surgiram outras vias, como a 13 de maio e a Avenida Amélia Mariniello. Apesar da ausência de registros precisos por parte dos moradores acerca do período exato dessa transferência, indícios apontam para o início do século XX como marco provável. Uma inscrição datada de 1925, presente na chamada “fonte do governo”, construída durante a gestão do Intendente André Magalhães Júnior, sugere essa cronologia. A edificação foi projetada para armazenamento de água da nascente, sendo utilizada para o abastecimento de reservatórios domésticos e como local de trabalho para o ofício de lavadeiras da região. A “fonte do governo” não apenas atendeu às necessidades básicas da população, mas também desempenhou um papel central na organização social e econômica da comunidade. Seguem imagens da chamada fonte do governo:

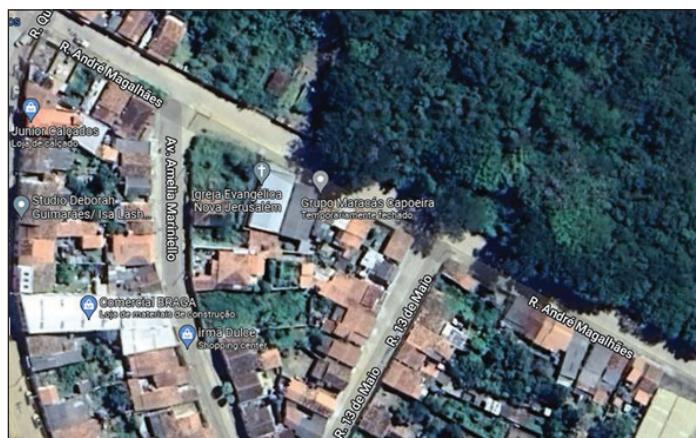
Figura 4 – Fonte do Governo – Nascente do Rio Jiquiriçá.



Fonte: Foto do autor, 11/01/2023.

O lugar historicamente conhecido como Rua do Cuscuz é denominado pelo poder público como bairro Jiquiriçá, nomenclatura atribuída em função da proximidade dessa porção territorial com a nascente do rio homônimo. No entanto, o que a população considera como Rua do Cuscuz corresponde a um território que engloba um complexo de ruas em que seus moradores estão ligados pelos laços de parentesco e por uma história coletiva. É por essa relação de reciprocidade entre as pessoas que residem nessa localidade, marcadas pelos laços de parentesco, consanguíneos ou não, que a “Rua do Cuscuz”, como hoje é historicamente chamada, figura como uma denominação simbólica para designar um pertencimento a esse lugar social e físico, é dessa forma que esse território é identificado pelos moradores que residem e pelos habitantes de Maracás de um modo geral. A seguir, apresenta-se o mapa que demarca o território do Cuscuz.

Figura 5 – Comunidade do Cuscuz (Rua 13 de maio, André Magalhães e Av. Amélia Mariniello).



Fonte: Foto do autor

Figura 6 – Rua Ricardo Ribeiro de Novaes, Rua Padre A. Plamário, Rua Cel. José Medrado



Fonte: Foto do autor

Na figura 5 está observa-se a delimitação da área historicamente reconhecida como Rua do Cuscuz, apontada como sendo uma “Proto-Rua” (Guimarães, 2003, p. 40), pois, na época da sua pesquisa faziam parte dela as ruas 13 de maio, André Magalhães e a Avenida Amélia Mariniello. Com o passar do tempo, o território do Cuscuz cresceu, como é possível perceber na figura 6, onde demarcamos mais três ruas como parte do território chamado Rua do Cuscuz. Em dado mais recente, integram o território do Cuscuz as ruas André Magalhães, Rua 13 de maio, Av. Amélia Mariniello, Rua Ricardo Ribeiro de Novaes, Rua Padre A. Plamário e a Rua Cel. José Medrado.

Nas primeiras ruas apontadas (Rua 13 de maio, André Magalhães e Av. Amélia Mariniello) se estabeleceram as primeiras famílias deslocadas pelo poder público municipal da nascente. Ou seja, no início do século XX, eram nessas ruas da comunidade onde se fabricavam e vendiam o cuscuz. As demais ruas são também chamadas pela população como Rua do Cuscuz pelos laços de parentesco existentes com os primeiros moradores daquele território. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998) a territorialidade em si, não configura um atributo étnico, entretanto, uma vez que os integrantes de um grupo reivindicam uma origem comum e passam a utilizá-la, juntamente com os costumes e a linguagem, como elementos de diferença, esta também passa a ser um marcador de pertença que define uma fronteira étnica. (Poutignat e Streiff-Fenart apud Guimarães, 2003, p. 36).

Por estar localizada próxima ao centro de Maracás, no meio urbano, a Rua do Cuscuz acabou se tornando uma referência para a população negra que vivia em comunidades rurais do município de Maracás. É comum as moradoras do Cuscuz relatarem laços de parentesco e de reciprocidade existentes entre a referida comunidade e as comunidades rurais. Algumas moradoras do Cuscuz contam que quando a população negra habitante da zona rural era expulsa das suas terras por fazendeiros, acabavam migrando para a comunidade do Cuscuz, seja pelas relações de parentesco, amizade e solidariedade ou por conta desse território estar localizado

próximo ao centro urbano de Maracás, que facilitaria a busca de algum serviço laboral para a garantia da sobrevivência das suas famílias.

A articulação das ideias de Halbwachs (1990) e o relato sobre a Rua do Cuscuz destacam a relação essencial entre memória coletiva e espaço, uma vez que esse autor argumenta que a memória coletiva é indissociável do espaço, na medida em que é nele que o passado se materializa e persiste, permitindo que seja reconstruído e relembrado pelas pessoas e pelos grupos sociais. No caso da Rua do Cuscuz, sua localização próxima ao centro de Maracás não apenas facilitou a migração da população negra expulsa das zonas rurais, mas também consolidou o território como um símbolo de acolhimento, lutas, resistência e solidariedade. Esse espaço tornou-se um ponto de convergência para a memória coletiva, onde histórias de lutas e vínculos comunitários são continuamente reforçados. Assim, a Rua do Cuscuz exemplifica como o espaço material pode atuar como um suporte duradouro para a preservação da memória e da identidade do grupo.

Comunidade do cuscuz: memória como estratégia de reinvenção da identidade quilombola

Ao considerar a identidade étnico-racial como fator que agrupa os indivíduos, é importante destacar que etnia não pode ser compreendida como substituta do conceito de raça, embora a raça também faça parte de um marcador de identidade étnica. Para Poutignat e Streiff-Frenart (1998, p. 34) “a raça (o patrimônio hereditário) não deve então ser situada, em Weber, no mesmo nível que o grupo étnico, mas no mesmo nível que o costume (o patrimônio cultural), como uma das forças possíveis da formação das comunidades”.

A partir do levantamento bibliográfico, percebemos que pesquisadores e estudiosos de Maracás são unânimes em afirmar que a Comunidade do Cuscuz é um quilombo urbano. Porém, pelas entrevistas realizadas na Comunidade, notamos que essa discussão gera dissonâncias em torno da cristalização da categoria quilombo e sobre a sua ressemantização. As discordâncias em torno da utilização do conceito seguem a mesma direção da divergência existente entre o discurso formalizado no artigo 68 da Constituição, sobre Comunidades remanescentes de quilombo, e os estudos antropológicos que apontam para uma tomada de consciência identitária que nega a categoria “remanescente” e defende que os quilombos existem e não são resquícios do passado.

Conceição (2016) traz uma boa síntese dessa discussão, destacando, em concordância com alguns autores como Almeida (2002) e Arruti (2006), que “a inclusão dessa palavra (remanescente) no artigo 68 da CF acabou abrindo uma poderosa brecha jurídica para aqueles que procuram circunscrever os direitos a terra dessas

comunidades num tempo histórico específico” (Conceição, 2016, p. 141 e 142). Para o autor (2016), o melhor seria ressemantizar a categoria quilombo, de maneira a atender as demandas das comunidades quilombolas, pois a categoria remanescente traz problemas para a identificação de quem seriam, de fato, os sujeitos de direito, apontados no artigo 68 da CF, uma vez que o termo apontava para a ideia de sobra, resto, algo que remanesce.

Para Abdias Nascimento (1980), os quilombos resultaram de uma necessidade vital dos africanos e seus descendentes em constituir fora do cativeiro um espaço vital, uma sociedade em que pudessem viver com liberdade e dignidade (Nascimento, 1980). Desse modo, após a abolição o quilombo não deixou de existir, passando a se manter como espaço de resistência, solidariedade, fraternidade e de preservação da ancestralidade e das práticas culturais de matriz africana. Segundo Beatriz Nascimento (1985), após o século XIX a instituição do quilombo passou a “significar instrumento ideológico contra as formas de opressão” (Nascimento, 1985, p. 289).

A comunidade do Cuscuz é majoritariamente negra, retratada na obra do professor e romancista Clóves da Fonseca (2006) como sendo um povo pertencente a um grupo étnico de “negros Nagô” que teriam se estabelecido nessa área, próxima ao Rio Jiquiriçá.

Quando os nagôs chegaram aqui, antes da grande dispersão, vieram morar nesta rua. Construíram uma fileira de casinhas, mais ou menos umas cinquenta [...] os nagôs que vieram para cá desenvolveram principalmente as atividades agrícolas e domésticas. Por isso, se dispersaram pelas roças, moendas, currais das muitas fazendas e diversas cozinhas das casas abastadas dessa região (Nagô, aqui, se generaliza a todos africanos) (Fonseca, 2006, p. 28).

Tal narrativa é reforçada pelos moradores da própria comunidade que afirmam serem descendentes de negros escravizados que vieram para o território de Maracás fugindo de seus algozes da região da Chapada Diamantina e outras fazendas do entorno. Certamente, a menção feita ao grupo étnico Nagô faz referência, de forma genérica, ao coletivo de negros escravizados que habitaram essa região, podendo ser, portanto, oriundos de diferentes nações/etnias. A nação nagô era uma espécie de “guarda-chuva identitário” que abarcaria africanos de diferentes grupos étnicos que possuíam aspectos comuns como linguagem, cultura, crença e mito de origem do povo Iorubá (Reis *apud* Borges, 2021, p. 85).

O Professor Clóves da Fonseca (2006) descreve a comunidade do Cuscuz como uma espécie de ponto de apoio, uma “guarda-chuva” (Fonseca, 2006, p. 29) para levar informações até o quilombo da Estiva, não muito distante daquela localidade, já que o Cuscuz estava localizado na zona urbana de Maracás à margem

do centro da cidade, abrangendo indivíduos negros que compartilham laços de solidariedade e integram uma história de luta e resistência desde o período escravagista.

Para Froes (2022), que pesquisou a formação histórica da Comunidade do Quilombo da Estiva, a população negra que se instalou naquela localidade estava lutando, resistindo contra a opressão do sistema escravista, fugindo de diversas regiões do “território baiano como Cruz das Almas, que fica a 220 km de Maracás” (Froes, 2022, p. 225). Portanto, a história de formação das comunidades negras de Maracás é anterior ao período da abolição, tal como ocorreu com a formação de vários quilombos em outras partes do Brasil.

Em relação a identidade quilombola, há um conflito geracional na Comunidade do Cuscuz, visto que a nova geração acredita e se declara quilombola, porém, nas falas das pessoas mais antigas, percebe-se que há uma ideia cristalizada sobre o conceito de quilombo, como algo que remete ao passado escravista (de não humanidade, sofrimento, dor e violência) a qual eles desejam se desvincilar. Mesmo com todas as características que apontam para uma pertença quilombola, tanto a Comunidade da Estiva quanto a comunidade do Cuscuz não são registradas oficialmente como Comunidades Quilombolas junto a Fundação Cultural Palmares (FCP).

As razões são diversas, mas a principal está no fato de que o racismo sofrido por essa população os fez negar qualquer tipo de ligação a esse passado escravista.

Sendo assim, as pessoas que habitam esses lugares se destacam e tem orgulho em expressar as suas festividades como símbolo de orgulho identitário e é dessa forma que querem ser lembrados como um povo solidário, alegre e festivo. (Edi Wilkson, entrevista cedida em 21/04/2022)

Apesar desse desencontro em torno das concepções de identidade coletiva da comunidade, é importante levar em consideração o fato de que os moradores e moradoras do Cuscuz preservam em sua memória a noção do quilombo enquanto instituição de resistência e que o território em que habitam é ou foi esse espaço de resistência às estruturas dominantes, coloniais, eurocêntricas, brancas de Maracás. De certa forma, a negação de um passado escravista reflete como a memória coletiva atua para atenuar a violência a dor sofrida, lembrando muito as considerações da Halbwachs (1990) sobre a maneira como os grupos sociais moldam a lembrança de um passado. E esse movimento insinua uma relação tutelar entre memória e identidade, na medida em que “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (Pollak, 1989, p. 03).

A fala de Edi Wilkson e as ideias de Halbwachs (1990) e Pollak (1989) convergem na compreensão da memória coletiva como um elemento essencial para a

construção e afirmação da identidade de um grupo. O entrevistado destaca como a negação do passado escravista, consequência do racismo, levou a uma reconfiguração identitária, na qual a celebração de festividades passou a simbolizar o orgulho e a resistência cultural dessas comunidades. Esse processo, segundo Pollak (1989), reflete o papel tutelar da memória na definição do que é comum a um grupo, estabelecendo fronteiras sócio-culturais que reforçam os sentimentos de pertencimento e de coesão social dos membros da comunidade.

Nesse contexto, as festividades mencionadas pelo entrevistado Edi Wilkison se tornam práticas fundamentais para a reafirmação de uma identidade coletiva que se distingue pelo resgate e valorização da herança ancestral. Elas funcionam como um espaço de resistência, onde memórias reprimidas pelo racismo, violência e marginalização histórica são ressignificadas e transformadas em símbolos de orgulho e resistência. Assim, a memória coletiva, ao alinhar passado e presente, não apenas preserva as tradições, mas também fortalece a identidade do grupo, reforçando os laços entre seus membros. Dessa forma, as festividades mencionadas pelo entrevistado podem ser interpretadas como expressões de uma memória coletiva que não apenas preserva a história, mas também a ressignifica, enfatizando valores de solidariedade, alegria e identidade coletiva.

As reflexões de Hall (2006) sobre a identidade coletiva como um processo dinâmico, moldado por fatores históricos, culturais e políticos, dialogam diretamente com a fala de Edi Wilkison. Hall (2006) argumenta que a identidade não é fixa, mas constantemente negociada e reconstruída em resposta às transformações sociais. Essa perspectiva se aplica à experiência da Comunidade do Cuscuz retratada por Edi Wilkison, que, diante do racismo sofrido, renegaram ligações com o passado escravista. Nesse processo de união identitária, as festividades emergem como práticas culturais que integram valores de solidariedade e ancestralidade afrocentradas, funcionando como símbolos de resistência e identidade coletiva.

Tal dinâmica ilustra a visão de Hall (2006) de que a identidade é continuamente rearticulada para responder às condições históricas e culturais específicas, destacando como as comunidades transformam experiências de opressão em narrativas de pertencimento e valorização de suas tradições. Assim, a memória do passado, ainda que dolorosa, é ressignificada para fortalecer a identidade de um povo que escolhe ser lembrado por suas manifestações culturais festivas. Ao transformar adversidades em elementos de coesão e celebração, essas comunidades reafirmam seu lugar na história e na sociedade, desafiando narrativas de apagamento, negação e exclusão.

No dia 13 de maio de 2023 Edi Wilkison dos Santos, juntamente com outras lideranças da comunidade do Cuscuz como Dona Maria Senhora dos Santos Nascimento e Ana Luísa dos Santos, organizaram um evento na Rua 13 de maio para lançamento da Associação Cultural e Comunitária do Cuscuz (ACCC). Essa

ação criada pelos moradores da comunidade teve o propósito de formalizar uma instituição com o teor político para continuar a luta pela garantia de direitos frente ao poder público, visto que grande parte das manifestações culturais desenvolvidas e praticadas pela comunidade não conta com o apoio financeiro e técnico do poder público municipal. Esse movimento criado pelas lideranças, inaugura uma tomada de posição política dos moradores, uma ação concreta amparada na consciência coletiva sobre o valor das atividades culturais desenvolvidas pela comunidade e a sua conservação. Tal iniciativa apresenta-se como o primeiro passo da comunidade na busca pela patrimonialização das Festas do Cuscuz e do Clube 13 de Maio, que atualmente encontra-se fechado pela prefeitura.

Segundo Banton (*apud* Arruti, 1997), na passagem do racial ao étnico os signos que constituem fator de distinção e estigma têm seus sinais positivados, passando a “assumir sentido de solidariedade e identificação” (Banton *apud* Arruti, 1997, p. 25). Desse modo, tornar a Comunidade do Cuscuz, suas festas e seu Clube, Patrimônio cultural material e imaterial é uma ação importante para que o poder público seja provocado a criar ações e políticas públicas como suporte para manutenção da tradição festiva dessa comunidade, visto que essas práticas fazem parte da memória ancestral dos moradores e estão presentes até os dias atuais em respeito aos antepassados que criaram e reinventaram essa tradição secular. Sobre essas ações, Arruti (1997) infere que: “um grupo racial tornar-se-ia um grupo étnico a partir do momento em que, aceitando a distinção que lhe é imposta pela maioria, passa a utilizar-se politicamente dela na formação de agrupamentos autônomos ou com interesses e reivindicações comuns”. (Arruti, 1997, p. 25)

As ações para a formação da Associação se iniciaram contando com reuniões realizadas com a presença de lideranças da comunidade, que traçaram os primeiros planos de ação da Associação, tendo como pauta principal, a reativação do Clube de festividades 13 de maio, para sediar a Associação, abrigar o acervo para preservação iconográfica da comunidade, ser usado para eventos culturais, além de servir como espaço de ensaio da tradicional quadrilha do Cuscuz.

Outra pauta de ação importante da Associação será a busca, junto a Fundação Cultural Palmares, da certificação do Cuscuz enquanto comunidade quilombola para que os seus membros possam acessar os direitos garantidos constitucionalmente. No estatuto de sua associação a comunidade deixou explícito que irá promover ações no sentido de buscar o reconhecimento da comunidade como quilombola e esse é um excelente indicador de que, enfim, a etnicidade está sendo mobilizada, por este coletivo, na chave do acesso as políticas públicas promovidas pelo governo federal, estados e municípios, uma vez que a porta de acesso é a certificação como comunidade quilombola, expedida pela FCP.

Considerações finais

As reflexões finais sobre a Comunidade do Cuscuz em Maracás revelam um cenário complexo e dinâmico, no qual a identidade quilombola se entrelaça com narrativas de resistência, luta por reconhecimento e preservação cultural. A partir dos dados apresentados, é evidente que há uma dissonância significativa entre a percepção interna da comunidade e os critérios formais de reconhecimento quilombola estabelecidos pelo Estado brasileiro.

Inicialmente, a própria categorização de quilombo é objeto de debate dentro da Comunidade do Cuscuz, na medida em que, enquanto alguns membros reconhecem e valorizam a herança histórica e cultural quilombola como símbolo de resistência e coesão comunitária, outros discordam da cristalização dessa identidade em moldes historicamente estigmatizados pelo processo de escravização. Esta divergência reflete uma busca por ressemantização do conceito de quilombo, adaptando-o às realidades contemporâneas e às necessidades de representação política e social.

Historicamente, os quilombos surgiram como espaços de resistência, liberdade e dignidade para africanos e seus descendentes, desafiando as estruturas opressoras do período escravista. No cenário contemporâneo, a Comunidade do Cuscuz se empenha não apenas em preservar suas tradições culturais, mas também em reivindicar seu reconhecimento legal como comunidade quilombola. Esse movimento incluiu a formação da Associação Comunitária Cultural do Cuscuz que reflete um esforço coletivo para consolidar a identidade étnica e cultural da comunidade, transformando-a num centro de mobilização política e fortalecimento identitário da comunidade.

Além de fortalecer os laços comunitários e a autoestima dos moradores, essa iniciativa também desafia o racismo estrutural, que historicamente marginalizou, violentou e invisibilizou suas contribuições para a história e cultura local. Portanto, as ações da Comunidade do Cuscuz em Maracás representam um exemplo vivo de como a memória coletiva e a identidade cultural podem ser utilizadas como ferramentas de resistência e empoderamento. A busca pela valorização de suas práticas culturais não apenas inscreve a Comunidade do Cuscuz na história oficial como agentes de sua própria narrativa, mas também reforça a importância de políticas públicas inclusivas e sensíveis às demandas dessa comunidade historicamente marginalizada.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, A. W. B. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'Dwyer, Eliana C. (Org) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.43-81.
- ARRUTI, J. M. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, 7-38, 1997.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola**. 2. ed., Bauru/SP: EDUSC/ANPOCS, 2006.
- BORGES, R. G. P. **Terra, Poder e ascensão no sertão de Maracás**: Joaquim Nagô, um sujeito Atlântico (1856-1905). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia. 2021.
- CARNEIRO, E. O negro como objeto de ciência. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 6-7, 1968. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20679> Acesso em: 27 set. 2024.
- CNN BRASIL. **Unesco declara cuscuz Patrimônio Imaterial da Humanidade**. CNN Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/estilo/unesco-declara-cuscuz-como-patrimonio-imaterial-da-humanidade/>. Acesso em: 13/01/2023.
- CONCEIÇÃO, S. **Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame, Bahia**. Tese. Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Carlos: UFSCar, 2016.
- Estatuto da Associação Comunitária e Cultural do Cuscuz** – ACCC, 2023, p. 01, (mimeo).
- FONSECA, C. P. **Maracás, história mitos e magia**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.
- FROES, C. D. S. O papel das mulheres na formação da comunidade remanescente de Quilombo – Fazenda da Estiva – Maracás/Ba. In: BORGES, Luzi; DE SANTANA, Marise; NASCIMENTO, Washington (Orgs). **Narrativas Ancestrais: histórias e trajetórias de mulheres negras na Bahia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.
- GUIMARÃES, J. S. **O clube do Cuscuz**: espaço de festa, identidades e resistências. Monografia (graduação em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2003, (mimeo).
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução: Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990. 189 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

INGOLD, T. **Antropologia não é etnografia.** Idem. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, v. 3, n. 6-7, 1985.

NASCIMENTO, W. S. Maria Jacaré – Nagô: os Yorubás, o sagrado e a formação de Maracás - BA. In: BORGES, Luzi; DE SANTANA, Marise; NASCIMENTO, Washington (Orgs). **Narrativas Ancestrais: Histórias e Trajetórias de Mulheres Negras na Bahia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

OLIVEIRA, R. C. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. **Revista Anthropológicas**, ano 9, v. 16, n. 2, 9-40, 2011.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, p. 3-15. Rio de Janeiro, 1989.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.